

ACTA 3/2005

-- Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Terceira Sessão Ordinária do ano de dois mil e cinco, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Apreciação do Relatório de Actividades e Contas do Exercício de 2004 da AMAGÁS - Associação de Municípios para o Gás, nos termos do disposto na alínea d), n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro; 3) Apreciação dos Relatórios e Contas do Exercício de 2004 do Matadouro Regional de Mafra, SA; Tapada Nacional de Mafra; Giatul - Empresa Municipal para a Gestão de Infra-estruturas em Actividades Turísticas, EM; e da Enerflora - Produção de Energia Eléctrica, Lda., nos termos do disposto na alínea c), n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; 4) Pedido de reconhecimento do interesse público do Projecto de Execução da PI ao km 33 + 384 - Linha do Oeste - REFER, EP Rede Ferroviária Nacional; 5) Contratação de empréstimo a longo prazo até €845.000,00; 6) 4.ª Modificação aos Documentos Previsionais para o ano de 2005 - 1.ª Revisão; 7) Alienação de parte de vários prédios rústicos, na Abrunheira, para o Aterro Sanitário; 8) Desafectação de Estrada do Domínio Público Municipal e sua afectação ao Domínio Público do Estado; 9) Direito de superfície sobre as parcelas de terreno, sitas na Venda do Pinheiro, a favor do Colégio de Santo André. -----

-- Passavam quinze minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Joaquim Francisco da Silva Sardinha, deu por iniciada a sessão. -----

-- O Secretário da Mesa, Senhor José Nogueira Simões, fez a respectiva chamada. -

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "foram entregues oportunamente a acta número dois de dois mil e cinco e, inoportunamente, uma proposta de acta número quatro de dois mil e quatro, a acta em que não foram efectuados os registos magnéticos. Portanto, esta acta número quatro não está em questão ser aprovada hoje, porque foi entregue hoje, aquilo que nós deveríamos hoje aprovar é a acta número dois de dois mil e cinco e acta número um de dois mil e cinco, que é a acta de Fevereiro". Não havendo inscrições, passou-se à votação da acta número um, aprovada por maioria, com uma abstenção do PSD. Prosseguiu-se com a votação da acta número dois, tendo esta sido aprovada por maioria com um voto de abstenção do Partido Social Democrata. Ainda, relativamente à acta número quatro de dois mil e quatro, foi solicitada a entrega de elementos adicionais à execução da mesma. Concluída esta fase, passou-se ao período antes da Ordem do Dia. -----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu que "o que me traz aqui são duas ou três intervenções. A primeira, gostaria de felicitar a Câmara pelo prémio que obteve com o Boletim Municipal, o seu terceiro prémio para o melhor Boletim Municipal do país, em noventa e oito, dois mil e três e agora dois mil e cinco. Prémio este que foi atribuído pela Associação de Técnicos Administrativos Municipais, num evento por eles organizado. Esta votação penso que é idónea, uma vez que todos os representantes de todas as Câmaras estão nesta votação, estão presentes no Encontro Nacional, e votaram no Boletim da Câmara como o melhor. Esta situação deu azo a notícias como, por exemplo, num *site* especializado sobre imprensa que refere que o Boletim «Mafra Notícias» volta a receber o primeiro prémio. A segunda questão tem a ver com as obras na Ericeira. Gostaria de saber, se possível, quais os *timings* de conclusão de São Sebastião, Seixal, Santa Marta. Estamos em período balnear, as obras vão acabar brevemente, não vão, quais são os *timings* previstos para estas situações? Por outro lado ainda, gostaria de felicitar a Câmara pela participação que vai ter na construção de duzentas novas habitações do CDH. A autarquia vai de alguma maneira participar neste processo e eu acho que é de todo referir e aplaudir uma vez que a construção, para jovens, a custos controlados

é um bem que é desejado para todo o Concelho, até para fazer face um pouco à especulação imobiliária que existe e alguns preços proibitivos para alguns dos casais jovens. Ao que parece a Câmara entra como parceira para garantir a «justeza» do sistema, para fazer uma triagem de candidatos. É uma medida a aplaudir, não só pelo construtor que a vai fazer, mas pela Câmara pelo empenhamento demonstrado e pela participação do projecto. Outra questão, gostaria de saber novamente qual o desenvolvimento da SIMTEJO? Já existem verbas? Lisboa já subscreveu? Já entraram verbas? Não houve verbas? Gostava de saber, em relação aos parceiros que estão em falta, qual é o ponto de situação? Isto até para que, em vésperas de eleições autárquicas, também os munícipes destes Concelhos saibam das dívidas que as suas Câmaras têm para com a SIMTEJO. Uma última questão, gostaria de apresentar um voto de pesar." Este documento anexa-se a esta acta com a designação de **ANEXO UM**. -----

-- O Senhor Sarmento Leitão referiu que "não obtive nenhuma resposta, até ao momento, em relação a uma pergunta que fiz aqui relativamente a uma situação que se passou na Póvoa de Cima, em relação a um quintal que foi asfaltado na altura em que se estiveram a arranjar os arruamentos. O Senhor Presidente não me pôde dar resposta na altura porque não tinha conhecimento, espero que hoje me possa dar essa mesma resposta. Também em relação ao andamento do projecto do edifício da Junta da Freguesia de Mafra, até à data não recebemos qualquer informação do referido projecto, até porque se esse projecto já está a andar deveríamos ser ouvidos para darmos algum parecer em relação ao que entendemos que deve ser este mesmo edifício, corre-se o risco depois das coisas não corresponderem às necessidades. Outra pergunta, também levanto aqui um problema relacionado com aquele caminho que foi asfaltado que vinha da Carapinheira até ao Casal Pombal. Tive conhecimento, há pouco, que esse mesmo caminho tinha levado dois portões, um deles foi retirado. Foi retirado o portão que estava do lado da Carapinheira, ora não se tirou o outro portão, há qualquer coisa que não funciona bem. Tirou-se um portão, não se tirou outro, é a mesma coisa que ficar fechado, as pessoas entram lá no caminho e quando chegam ao fim têm um portão fechado. É evidente que recebi já na Junta algumas pessoas da freguesia da Igreja Nova, o próprio Presidente da freguesia da Igreja Nova já me telefonou duas ou três vezes também. Acho que ele tem razão, ou não se abria nenhum ou abriam-se os dois. Nada justifica que isso tenha sido feito assim. Dado que é um caminho público, eu faço aqui um pedido para que se satisfaça a população, principalmente do lado da Igreja Nova que vêm mais para Mafra por aquele caminho." -----

-- O Senhor António Milhano acrescentou "o assunto que me trás hoje tem a ver com os critérios de protecção destas novas vias «rasgadas» recentemente. Aquando da variante Sul, foi elogiado aqui nesta Assembleia o facto de existirem resguardos aos pilares dos *rails* de protecção, verifico agora que falharam alguns desses resguardos nalgumas zonas da CRIMA, nomeadamente numa curva a subir para o Desportivo de Mafra e na própria Auto-estrada nova também não há esses resguardos. Gostaria de saber quais foram os critérios para abandono dessa solução, se me pudessem explicar?" -----

-- Seguidamente, o Senhor José João Costa referiu que "trago aqui três assuntos, um prende-se com a Venda do Pinheiro. Foi autorizado e construído um edifício em frente à antiga «Laranjina C» que não tem passeios e os carros que estacionam em frente a esse edifício fazem-no em «espinha», obrigando os peões, e não só, a vir para a estrada. Já se deram dois acidentes nesse local, ultimamente houve um carro de bebé que também foi abalroado por um carro. Eu alerto a Câmara para essa situação, para que tome providências de forma a que o estacionamento ali ou não seja permitido, ou que seja construído ali um passeio de modo a que os peões possam ter livre acesso tanto ao empreendimento, como à própria rua. Outra questão, deparamo-nos com uma situação insólita, na Escola da Póvoa da Galega, que está fechada, estava uma empresa a cortar as árvores lá existentes. Indagado o motivo porque o estava a fazer, o responsável não quis dizer quem o tinha



ordenado, apenas disse que o estava a fazer com autorização da Câmara. Gostava de saber se isso é verdade, porquanto as autoridades tomaram conta da ocorrência e o caso deve seguir para tribunal. Outra situação era alertar a Câmara que existe um órgão de informação no nosso Concelho, nomeadamente o «Ericeira», que tem sido esquecido por esta autarquia quando faz publicidade paga, de modo que era tomarem em consideração também que esse órgão existe e tem direito também à sua quota parte.” -----

-- O Senhor José Botelho leu o requerimento que se anexa a esta acta com a designação de **ANEXO DOIS**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra respondeu às questões colocadas afirmando “que em relação a estas últimas, em tempo o farei. São Sebastião vai estar pronto dentro de quinze dias, aproximadamente, Santa Marta só no final do ano, se tudo correr bem em Novembro, Dezembro, mas não posso arriscar uma data antes. O Seixal também mais quinze dias. Quanto à SIMTEJO, as contas atrasadas, eu não sou aqui denunciante da SIMTEJO, não sei bem quem é caloteiro, ou não. Mafra tem as contas em dia, tal como Vila Franca de Xira e Amadora. Houve problemas com as outras autarquias, nomeadamente em Lisboa, Loures, Odivelas, com problemas de decisão política que passam pelas Câmaras e respectivas Assembleias, mas julgo que, em termos financeiros, estas situações estarão resolvidas. Parece que foi essa a vontade transmitida no último Conselho de Administração. A propósito de uma reunião que tivemos com o Banco Europeu de Investimentos, demos conhecimento da satisfação de uma fase primeira da subscrição do capital social da SIMTEJO por parte de Lisboa, embora não se tivesse materializado, mas já havia decisões nesse sentido. O alcatroamento que foi feito na Póvoa, depois de orçamentado já foi pago, não me pergunte quanto foi, a guia de pagamento existe lá em baixo na PAVIMAFRA, posso lhe dar se for necessário. Quanto ao edifício da Junta, não se está a fazer nada, não é nosso hábito fazer coisas sem perguntar aos directamente interessados. Está a ser feito o projecto, estamos ainda com alguma dificuldade com o realojamento da minoria étnica que lá está, para tentar retirá-los dali e tentar enquadrá-los num outro espaço, para podermos cumprir o nosso objectivo. Uma vez resolvida esta situação, resolver as acessibilidades e, consequentemente, o projecto da Junta da Freguesia. Portão de atravessamento da Quinta do Saloio, cuidado com as palavras. Nunca houve, Senhor Sarmento, um caminho público a sair ali ao Miradouro atravessando a propriedade do Saloio, tudo o que se diz sobre essa matéria é preciso cuidado. O que houve foi, e se se recorda, naquela última curva da antiga estrada variante Sul de acesso à Carapinheira havia uns pinhais e um senhor que lá vendia moinhos, esse acesso tinha uma ligação à Carapinheira. Essa propriedade, a chamada do «José Saloio», nunca foi atravessada por um caminho público, eu disse aqui na última Assembleia e do conhecimento que tive e dos contactos que estabeleci, havia era um atravessamento desde o Miradouro até à Boavista, esse era o atravessamento que havia ali, não havia nenhum caminho. As pessoas viram aquilo alcatroado e pensaram que era um caminho público, não é, nem sequer serventia do que quer que seja. Critérios de protecção de *rails*, são cumpridos todos os parâmetros de segurança, outra coisa não seria de esperar daquilo que são as normas em vigor na segurança dos *rails* de protecção, tanto na Auto-Estrada, como na CRIMA. Na Auto-Estrada estão garantidos e assegurados pelo próprio Instituto de Estradas, que verificou a execução e o próprio projecto, e na CRIMA também. De facto, há curvas que não têm aquela protecção contra os *motards* porque isso só deve acontecer no extradorso da curva e no intradorso, porque a força centrífuga projecta para fora e não para dentro. São estas as normas, são estas as seguranças que estão aplicadas. Se as pessoas querem pôr mais placas de protecção, façam o que entenderem. Prédios com passeios ou sem passeios ou sem passeios, não sei, vou ver o que é que se passa. Publicidade no “Ericeira”, não sei, isso é um assunto que os serviços da Câmara é que vêm de acordo com a necessidade de promoção e publicitação e a periodicidade dos respectivos jornais locais do interesse, ou não interesse, na divulgação. É um assunto que poderá ser



analisado." -----

-- O Senhor Milhano acrescentou, ainda, que "é exactamente no extradorso dessa curva que eu disse, quem vem da Terra da Pedra a Mafra, é no extradorso de uma curva à direita que não há protecção. Eu não duvido que estejam a ser respeitados os critérios de segurança, alerta apenas que, de facto, parece ter havido uma alteração de critério entre o que foram os critérios de projecto da variante Sul que levou resguardos em todo o seu percurso e a CRIMA que tem, de facto, apenas no extradorso, não nesta curva, mas noutras, e na Auto-estrada é que não tem." -----

-- Não havendo mais inscrições, passou-se à votação do voto de pesar proposto pelo grupo parlamentar do PSD, tendo este sido aprovado por unanimidade. Concluído este período, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à Ordem do Dia, introduzindo o primeiro ponto relativo às informações do Senhor Presidente sobre a actividade municipal e situação financeira. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "foi feita hoje a reunião de rede na DREL com as novas escolas, da Lagoa e da Venda do Pinheiro, que irão entrar em funcionamento neste próximo ano lectivo. As duas escolas vão ter EB dois, três e Secundária, mais cursos tecnológicos, começando com os primeiros anos de cada ciclo. Assim, vão começar com turmas do quinto ano, do sétimo e do décimo ano, depois seguirão normalmente. Era só esta informação adicional que queria dar." -----

-- O Senhor António Milhano interveio, dizendo que "apenas queria pedir dois esclarecimentos em relação ao relatório de actividades. Nas páginas seis e sete, fala-se no Centro de Saúde da Enxara do Bispo e no facto da respectiva construção ter transitado para a empresa municipal Pavimafra. Gostava que o Senhor Presidente, se possível, desse algum esclarecimento em relação a isto, pois não é muito habitual esta empresa dedicar-se a esta actividade. Também em relação à habitação social da Enxara dos Cavaleiros, queria saber se este concurso já está aberto e se já há selecção do adjudicatário." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que "foi transferido para a Pavimafra de acordo com aquilo que é a sua competência estatutária, que é equipamentos, infra-estruturas e rodovias. O Centro de Saúde é um equipamento, como tal, tem perfeito cabimento. Entendeu a Câmara que era a forma mais célere de resolver um problema que se arrastava já há uma série de tempo, transferindo para a Pavimafra a responsabilidade de construção do respectivo equipamento. Quanto à habitação social da Enxara dos Cavaleiros, está praticamente pronta, julgo que dentro de pouco tempo irão para lá, é uma situação extraordinariamente grave que eu dei conhecimento à Câmara, era uma família constituída por marido, mulher e seis crianças, salvo erro, que viviam numa casa «abarracada», coberta de chapas, higienicamente bem tratada, no que era possível, mas num estado perfeitamente lamentável para vivência. Tomámos conhecimento disso através da Junta da Freguesia e, posteriormente, da verificação *in loco* da precariedade da situação. Eu pedi à Senhora Presidente da Junta que me arranjasse um terreno, porque seria difícil desalojar as pessoas para outras freguesias porque têm hábitos de usos e costumes. O terreno que foi possível arranjar foi na Enxara dos Cavaleiros e a Pavimafra ficou encarregue, fizemos o projecto, fizemos orçamento, fizemos o concurso. Encarregámos também a Pavimafra de arranjar um empreiteiro que encontrasse uma solução rápida e já vai tarde porque isto já foi detectado em Outubro, Novembro ou Dezembro do ano passado. Aí não cumpri, eventualmente, o que seria normal, porque era urgente, e assumo esse caso, e disse-o à Câmara, tinha que ultrapassar todas as barreiras, não as da legalidade, como é obvio, mas as do tempo para resolver em tempo útil, não prejudicando mais aquela família. Não foi dispensado concurso, foi a Pavimafra que fez a consulta a três empreiteiros como, aliás, o fez no Centro de Saúde. A Pavimafra rege-se pelas mesmas situações que se rege, em termos de concurso, a Câmara Municipal ou o organismo público Câmara." -----

-- Não havendo mais inscrições, passou-se ao segundo ponto referente à apreciação do Relatórios de Actividades e Contas da Amagás - Associação de

Municípios para o Gás. Não havendo intervenções, a Assembleia Municipal deliberou ter conhecimento do relatório, passando ao ponto número três relativo à apreciação dos Relatórios de Actividades e Contas do Matadouro Regional de Mafra, SA; Tapada Nacional de Mafra; GIATUL – Empresa Municipal para a Gestão de Infra-estruturas em Actividades Turísticas, EM; e Enerflora – Produção de Energia Eléctrica, Lda.. -----

-- O Senhor José João Costa acrescentou sobre o mesmo "quanto ao relatório da GIATUL, a empresa só apresenta resultados e movimentos de seis meses que foi o tempo decorrido em que eles entraram no consórcio para a gestão do Parque de Campismo de Mil Regos. A pergunta que coloco, e os anteriores seis meses, quem é que apresenta contas? Mas, é que havia um consórcio com a ORBITUR." -----

-- Para responder à questão colocada o Vice-Presidente, Gil Ricardo Sardinha Rodrigues, disse "houve um período de tempo, aquando da saída do outro parceiro, que a Câmara assumiu a gestão daquele período de tempo, até aparecer um novo parceiro e a partir daí serem apresentadas contas. Como sabem, houve uma primeira solução encontrada com a ORBITUR, que não prevaleceu, houve um período de interregno em que se funcionou de uma forma precária, quando se retomou um novo parceiro, então, apresentou-se aquilo que foi o início do funcionamento devido da GIATUL. Estamos a falar de dois campos, com intervalo no procedimento, porque a Câmara tinha que manter o Parque aberto." -----

-- O Senhor José João Costa referiu que "este relatório de contas reporta-se apenas a seis meses, não havendo passagem de saldos da anterior gestão para esta, embora, a empresa já tivesse sido constituída. Portanto, houve abertura de movimentos. Pergunto se isso está no orçamento da Câmara, está como? Em que situação? Houve receitas, houve despesas, que não estão aqui transparecidos neste relatório." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse, ainda, que "da leitura que fiz do relatório, julgo poder dar essa informação, no Relatório de Gestão fala exactamente que há um período da Administração que é feito por uma empresa e a, partir de outra data, por outra empresa, mas a empresa é a mesma. Portanto, não há hiato, entre vinte e oito de Junho e trinta e um de Dezembro não pode haver hiato na empresa, há é um accionista que sai e outro que entra. Isto é o que eu li." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que "não estou em condições de o fazer no momento, mas serão prestados os esclarecimentos e registo a questão que foi levantada." -----

-- O Senhor José Botelho disse "uma pergunta relativamente ao Matadouro Municipal, tanto quanto sei há alguns produtores desta zona que não estão a utilizar o Matadouro de Mafra, gostava de saber se esse afastamento de alguns produtores têm a ver com algumas condições que o matadouro, eventualmente, não preencha ou, se pelo contrário, o Matadouro, neste momento, tem um tipo ou um nível de actividade que dispensa a procura de novos clientes?" -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, dizendo "o Matadouro está aberto a todos os talhantes que queiram lá abater, temos regras, temos um regulamento de funcionamento, estamos na capacidade máxima com alguma folga muito limitada, o problema é que o Matadouro de Mafra, como muitos, concentra muito o abate em dois dias e os outros dias da semana não conseguimos ainda alterar as mentalidades dos talhantes, daqueles que utilizam o Matadouro. Portanto, há um excesso de concentração na segunda e terça, na quarta e quinta não se abate, depois abate-se na sexta e estas oscilações provocam alguma dificuldade de gestão na continuidade, isto, é, na utilização da capacidade máxima do Matadouro. Nós fazemos todos os esforços e contactos directos, através do Director do Matadouro, para que haja mais abates e que haja pessoas que lá ponham as suas vacas. Não matamos é vacas com mais de três anos, por causa da desossa. Portanto, aquelas vacas que têm obrigatoriamente que ser desossadas, aquelas que estão em risco de BSE, não são abatidas no Matadouro de Mafra. Poderão vir a sê-lo, na medida em que essa normativa comunitária foi suspensa, o

embargo de carne da UE estaria suspenso, nós para responder prontamente, uma vez que esse embargo deixa de ser condicionante para a desossa, temos de desossar todos os bezerros com mais de um ano. Não sairá nenhuma carcaça do Matadouro com espinal-medula. Até agora é com mais de três anos que serão desossados, não tínhamos sala de desossa, temo-la agora. Foram feitas mais duas unidades de frio e uma sala de desossa, exactamente para esse fim. Estamos em condições de responder prontamente quando o embargo for suspenso. Não conheço ninguém que queira lá abater e que não tenha entrada, antes pelo contrário. Eles têm vantagens em vir matar ao nosso Matadouro, primeiro pela qualidade do abate, o tratamento da carcaça que é exemplar, depois pelo cuidado municipal e cuidado que sempre se põe em tudo aquilo que é da componente responsável do Município ou da gestão do Matadouro. Há inspecção própria da Direcção Geral de Veterinária, depois há os nossos veterinários, há é regras, se calhar, um bocado apertadas, o gado tem que entrar das tantas às tantas, conforme mandam as normas e ali não há aquilo que havia no Matadouro antigo que eram os abusos, o gado entrava e passado uma hora era abatido, só com a excepção do gado bravo que é abatido de imediato ou gado, com autorização do Inspector Veterinário, que tem qualquer mazela do transporte, caso contrário, não entram lá touros de corrida, não entram animais com mais de três anos. De resto, não sei de nota nenhuma de anomalia de funcionamento do Matadouro, o que eu sei é que, de quinze em quinze dias, temos uma fiscalização atenta, uma inspecção ao Matadouro por denúncia, dizem mesmo os senhores Inspectores, de outros matadouros, porque o nosso Matadouro está a subir em termos de volume de abates, atingimos duzentas e noventa rezes numa semana, isto para nós é altamente satisfatório porque está a atingir os limites para os quais foi dimensionado. Nós temos senhores talhantes que matam lá trinta rezes por semana, enquanto que trinta rezes dá para uma semana de abastecimento ao Concelho de Mafra. Estão a matar aqui pessoas de fora, até porque foram buscadas para viabilizar economicamente o Matadouro. Há talhantes de Mafra que ainda vão matar a Santarém e ao Montijo, eles lá sabem porquê, pagam portagens, perdem um dia de trabalho, gastam dinheiro no transporte da carne. Uma das coisas muito simples é que uma carcaça em Mafra, o proprietário ganha mais mil e quinhentos escudos porque pesamos o rabo juntamente com a carcaça, enquanto nos outros matadouros pesam a carcaça e o rabo não pesam, como o talhante paga ao produtor o peso que a balança dita, o rabo não está lá e custa um conto e quinhentos. A prestação de serviços é ligeiramente mais cara do que nos outros matadouros, mas há a componente de todo o *stress* dos animais, de todo o prejuízo que as pessoas têm ou gasto de tempo para serem servidos. " -----

-- O ponto foi concluído, tomando conhecimento dos Relatórios de Actividades e Contas das referidas empresas. Passou-se ao ponto número quatro sobre o pedido de reconhecimento do interesse público do projecto de execução da passagem inferior ao km 33 + 384 – Linha do Oeste – REFER, EP Rede Ferroviária Nacional.---

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse "ter que se desclassificar para fazer uma passagem inferior numa linha de comboio é um bocado caricato, talvez seja uma forma de atrasar a sua construção. Isto tem que ir a despacho do Secretário de Estado. A passagem inferior, claro que concordamos com ela, só nos pedem autorização para classificação como Interesse Público." -----

-- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade. Seguidamente, passou-se ao ponto número cinco relativo à contratação de empréstimo a longo prazo até oitocentos e quarenta e cinco mil euros. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "este empréstimo tem a ver com a possibilidade que foi dada a todos os municípios de que, não se endividando mais do que estão, socorrerem-se dos empréstimos que entretanto foram amortizados no ano anterior. Ele faz-nos falta, como é óbvio, senão não vínhamos cá solicitar autorização para o fazer. Para a escola da Malveira são oitocentos e quarenta e cinco mil euros que dependem exactamente, de acordo

com os limites estabelecidos, à possibilidade que temos, depois do rateio efectuado pela Administração Central relativamente ao nosso endividamento." -----

-- O Senhor José Botelho disse que "a Câmara Municipal perante a possibilidade legal de recorrer a crédito, vem-nos aqui apresentar o pedido de autorização para a contracção de um empréstimo no valor de oitocentos e quarenta e cinco mil euros, falo conotando este pedido com a construção do Complexo Escolar da Malveira cujas obras estão em curso e que, por sinal, eu há muito poucos dias tive ocasião de observar. É para nós evidente que é uma obra de todo o interesse que vem dotar a Malveira de condições satisfatórias para os níveis de ensino a que aquela escola se dedica, dando-lhe condições semelhantes a outras escolas já existentes no Concelho. Deste ponto de vista, estamos inteiramente de acordo com a escola e achamos que ela é perfeitamente pertinente e que é uma escola cuja construção nunca estaria em causa, mesmo que não houvesse a possibilidade de recurso a este crédito. Ela está em bom andamento de construção e é para mim absolutamente certo que a construção daquela escola seria levada ao fim, independentemente daquilo que viesse a acontecer em relação ao assunto que está em discussão neste momento. Mas, nós compreendemos que o Senhor Presidente da Câmara tenha mais facilidade em conotar o financiamento com um Complexo Escolar, do que estar a relacioná-lo mormente com algumas obras e alguns reforços que estão bem patentes no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos quando se aprecia a revisão do PPI, é por isso que nós não estamos de acordo que se venha aqui apresentar este empréstimo como se realmente ele fosse vital ou como se ele fosse uma coisa indispensável para a construção do Complexo Escolar da Malveira. Não estamos de acordo que, em final de mandato, a Câmara possa aqui vir fazer mais uns «floreados», mais umas coisas à custa da ideia de que este empréstimo é para o Complexo Escolar. Nós temos estado aqui várias vezes de acordo com o recurso a crédito, temos dado o nosso apoio a alguma antecipação de recursos cuja cobrança normal seria no futuro, mas desta feita é evidente, para nós, que não podemos estar de acordo com esta situação, sendo assim, achamos que a Câmara deve ter rigor na definição das prioridades, deve poupar, deve, porventura, fazer menos festas e menos «foguetório», deve abandonar algum comportamento «novo riquista» e deve, por fim, estar contra tudo o que seja esbanjamento." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que "já cheira a campanha eleitoral. Já se procura atacar as pessoas, os interesses, eventualmente, familiares, já se procura dizer das festanças. Pelo Partido Socialista, nós estaríamos completamente parados logo que se anuncia que vai haver eleições e nada mais faríamos se. Claro que isto custa-lhes porque têm passado ao lado de muitas das grandes obras que o Município tem feito e querem recuperar o comboio, só que ele já tem uma marcha de tal ordem rápida que caíram já nesta estação, já não conseguem apanhar sequer o próximo apeadeiro. É pena que o Partido Socialista passe ao lado de muitas das grandes obras que temos feito. Devo-vos dizer, e sabem os senhores do Partido Socialista, que os orçamentos são estimativos na receita e na perspectiva de despesa se acontecer a respectiva receita. Com certeza que a escola será feita de qualquer maneira, os indicadores que nós temos não nos dão a segurança absoluta, antes pelo contrário, do cumprimento total do nosso orçamento, em termos de receita, o que quer dizer que vamos ficar aquém de... Como temos possibilidade de assegurar o cumprimento dos nossos compromissos não só na realização de obra, mas na satisfação de uma necessidade primeira, mas também para com os nossos compromissos assumidos para com os senhores empreiteiros, e queremos ser assim até ao fim. Vamo-nos socorrer de uma permissão que legalmente temos direito de acesso ao crédito para assumir responsavelmente os nossos compromissos. Ninguém consegue fazer um orçamento municipal com garantia total de realização desse mesmo orçamento, a não ser que faça em baixa ou a «trapalhada» que o Governo anda a fazer, enganando-se nos números. Nós não somos bem assim, pelo menos procuramos não ser, não quer dizer que no meio do nosso entusiasmo alguma coisa, por desconhecimento ou por ignorância, não possa acontecer. Portanto, devo sempre

referir que cumprimos com entusiasmo, com dedicação e com empenho, até ao último dia do nosso mandato, todas as competências que temos, com o mesmo orgulho, a mesma satisfação e a mesma festança de ter conseguido mais um projecto, mais uma realização, mais uma obra. Se isto é demagogia, chamem-me demagogo, se é eleitoralismo, chamem-me eleitoralista, se isto é estar em campanha, não é não senhor! Foi o meu procedimento e o meu comportamento ao longo de vinte anos."-----

-- O Senhor José Botelho reafirmou que "o Senhor Presidente diz que não está em campanha eleitoral, eu não lhe fiz essa acusação, só põe o «chapéu» quem quer, não disse nada disso. O que eu disse é que apesar de não discutir a legalidade do acesso a este crédito, eu tive a oportunidade de o dizer, apesar disso, nem sempre se pode considerar que é razoável aceder-se ao crédito. As circunstâncias em que o país vive e o facto de não ser legítimo estarmos a endividar, permanentemente, a Câmara e, com isso, a comprometer as possibilidades futuras, eu penso que chamar a atenção para estes aspectos não é nenhum acto de eleitoralismo. Por outro lado, o Senhor Presidente diz que o Partido Socialista tem passado à margem de muitos processos ou de muitas iniciativas da Câmara, nós temos procurado estar à margem é do tipo de comportamentos e do tipo de opções que não se enquadram completamente na transparência de processos. Se é isso que o faz concluir que nós temos estado à margem de algumas dessas iniciativas, então eu digo-lhe que nós estamos muito bem fora disso porque vivemos muito bem sem estarmos sujeitos ao clima de suspeição e ao clima que aqui se vive e, portanto, não temos nenhuma pena disso."-----

-- O Senhor Ernesto Ramalheiro comentou que "aqui há uns anos, perto de seis, sete anos, discutia-se a alienação de um terreno por parte da Câmara e eu vim, a esta mesma bancada, solicitar que tinha sido a única Junta da Freguesia que ao longo dos anos nunca tinha sido beneficiada de um tractor, e agora também não venho pedir o tractor, mas que votava a favor para ver se vinha mais alguma coisa para a minha freguesia. Em relação a este mesmo caso, venho recordar essa situação. Senhor Presidente, se puder sobrar mais alguma coisa até às eleições, se puder fazer mais alguma coisa pela minha freguesia, eu agradeço."-----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu que "continuo sem perceber o Partido Socialista. Nós no PSD temos uma filosofia, há um PSD na Câmara, há um PSD na Assembleia, há um PSD nas Juntas, um todo, é o PSD. Aqui temos um PS na Câmara, um PS na Assembleia e, se calhar, um PS nas Juntas. Quando se diz que o PS não concorda com estes dinheiros, porque isto é para festas e eleitoralismos, lê-se que a Câmara deliberou por unanimidade dos presentes, não sei se houve alguma declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista, poderiam ter-se absterido já para não votar contra, uma vez que é de interesse municipal e isso ninguém põe em questão, não o fizeram e queria saber se houve uma declaração de voto a denunciar, exactamente, a tal festa que acontece. Que eu saiba, festas programadas já há muitas, "Noites da Cigarra" e "Verão Cultural", não conheço nenhuma extraordinária apontada para agora. É curioso saber que existem dois Partidos Socialistas no Concelho de Mafra, um na Câmara e outro na Assembleia." --

-- O Senhor José Botelho acrescentou que "eu não sei se o Senhor Miguel Ângelo se lembra que já aqui votou contra uma proposta de regulamento de um parque e era na altura o senhor o líder da bancada, isto só para lhe avivar a memória. A falta de sintonia entre uma posição assumida na Câmara e a posição assumida na Assembleia, não é um caso virgem e não é uma situação a que o próprio orador que me antecedeu esteja imune. Em segundo lugar, para dizer que não temos nenhuma dificuldade em admitir aqui que algumas vezes têm havido posições na Câmara que não têm tido um acompanhamento na Assembleia Municipal. Porquê? Porque nós pensamos pelas nossas cabeças, temos liberdade para discutirmos os assuntos e para nos exprimirmos sobre eles, embora eu reconheça que deveríamos estar sempre de acordo acerca dessas situações e que houvesse uma opinião formada, consensual, prévia a estas decisões. Mas, como o Senhor Miguel Ângelo sabe, estas coisas são previamente discutidas na Câmara, muitas vezes com um

timing que não permite uma abordagem entre os elementos da Câmara e os elementos da Assembleia e, portanto, é natural que aqui e ali possam surgir faltas de sintonia. Em todo o caso, isso não é dramático e muitas vezes até é revelador de um espírito crítico e de um sentido livre de intervenção que, em certa medida, pode dignificar o PS e não maltratá-lo ou menosprezá-lo como está subjacente à sua intervenção. Nós assumimos que às vezes não há acordo completo e assumimo-lo com toda a naturalidade e sem qualquer complexo." -----

-- Respondendo, o Senhor Miguel Ângelo esclareceu que "nunca a bancada do Partido Social Democrata votou contra, na sua totalidade, as deliberações da Câmara. Eu quando votei contra os regulamentos de estacionamento do edifício dos Paços do Concelho, dei a indicação à bancada e, na altura, a minha número dois da bancada, a Dra. Paula Machado, fez a declaração em como o PSD votava favoravelmente e eu pessoalmente, e frisei a título pessoal, voto contra. Aquilo que o Senhor Botelho aqui fez hoje, não disse «o Grupo Municipal do PS, presente nesta Assembleia, não vai nas férias da Câmara», o senhor generalizou, não falou em nome do Grupo daqui, por isso é que eu disse um PS é um todo no qual constam Vereadores, membros da Assembleia, membros das freguesias, quando eu aqui digo que eu a título pessoal voto contra, estou a expressar o meu direito e a minha liberdade de voto que também temos. Nós discutimos nas preparatórias e já houve várias situações em que elementos do PSD ou saíram da sala, eu próprio já o fiz, situações como existem em todas as bancadas, deputados municipais pedem renúncia para não virem votar em determinadas situações. Isto acontece. O senhor aqui falou no PS como um todo." -----

-- O Senhor António Branco disse que "há uma coisa que custa ouvir referir da parte do Partido Social Democrata que estranha a posição do Partido Socialista e as posições diferenciadas que possam existir e que existiram dos vários órgãos. O que é um facto, e eu relembra à Assembleia, não houve nenhum membro do PS que tenha abandonado a Assembleia em função do modo como acabou por ser tratado, por esta mesma Assembleia, face a intervenções que fez. Há aqui alguma diferença no tratamento que nós fazemos, relativamente aos nossos militantes, nós discutimos, eventualmente, posições diferenciadas, nunca foi criada qualquer situação em que as pessoas tenham que abandonar um órgão municipal face ao modo como foram tratadas nesta Assembleia." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação e o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e um votos a favor, sendo dezoito do Partido Social Democrata, um do Partido Socialista, um da Coligação Democrática Unitária e um independente; oito votos contra do Partido Socialista e uma abstenção do Partido Socialista. Prosseguiu-se com o ponto número seis referente à quarta modificação aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e cinco, primeira revisão. -----

-- O Senhor Vice-Presidente acrescentou que "toda esta informação que foi distribuída refere-se, particularmente, a três situações, nomeadamente a parte do saldo orçamental do ano transacto; o reforço que entretanto foi disponibilizado pela Mafratlântico face às expropriações da ligação à Ericeira e depois este último valor do empréstimo de oitocentos e quarenta e cinco mil euros que foi aqui aprovado. Este valor é o reforço que se pretende na parte de orçamento para dois mil e cinco. Há, no entanto, que ter em conta que com a precaução que nós temos numa tentativa de manter sempre o mesmo rigor, tivemos, se verificarem, o cuidado de baixar, face ao que tem sido a expectativa destes últimos meses, as taxas de urbanização, loteamentos e obras, nomeadamente esta parte que tem a ver com os terrenos que poderão não ser consequentes em termos de receita neste ano. Essas verbas fazem com que estejamos perante um montante muito elevado de orçamento que poderá provocar um valor que depois terá a tal reorganização baixa em relação àquilo que é, ou foi, a projecção prevista e aprovada para o ano de dois mil e cinco. Globalmente, o que está em causa são, essencialmente, estas três notas do empréstimo, do valor das expropriações e do saldo do ano anterior que é aqui englobado nesta altura." -----

-- O Senhor José João disse que "a alteração que nas receitas é manifestada aqui pela receita entregue pela Mafratlântico que passou de seis milhões para doze milhões, quatrocentos e cinquenta mil, esclareça-nos o seguinte, isto foram verbas entregues pela Mafratlântico à Câmara Municipal em virtude do empréstimo efectuado pela Mafratlântico, do financiamento que foi concedido à Mafratlântico? Então, quer dizer que a Câmara tinha avançado com este dinheiro aquando das expropriações?" -----

-- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra acrescentou, ainda, que "a resposta é simples. No âmbito da Mafratlântico, fizemos um contrato de financiamento com o Sindicato Bancário para a construção da Auto-estrada para a ligação Mafra – Ericeira, ligação à Auto-estrada oito, dentro desse projecto que foi consequente, em termos de contrato de financiamento, há umas verbas determinadas que são afectas directamente às expropriações, são executadas pela Câmara, mas que são devidas para serem executadas aquando da entrega para a concessionária. Isto é, a quem é que compete fazer as expropriações? A Câmara Municipal. Essa verba sai do contrato de financiamento que é celebrado entre a Mafratlântico e o Sindicato Bancário, vai para a Câmara Municipal e esta vai pagando às pessoas à medida que vão sendo feitos os contratos e os acordos decorrentes do processo expropriativo. É por isso que este valor foi calculado inicialmente mais baixo, o valor estava a apresentar-se em seis milhões e com o projecto aprovado pela EP no valor de doze milhões, quatrocentos e cinquenta mil, transformou-se este reforço para que possamos vir a pagar ao longo do programa e que as condições o permitam." -----

-- O Senhor José João disse que "se bem percebi, o valor estipulado era de seis milhões, atingiu doze milhões, quatrocentos e cinquenta mil. É isso?" -----

-- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra concordou, acrescentando que "atingiu, aprovado pela EP." -----

-- O Senhor António Branco disse que "ao nível dos melhoramentos em edifícios escolares, verifica-se que apenas está, em termos do Plano Plurianual de Investimentos, uma alteração, são mais quarenta e nove mil euros para as salas pré-fabricadas que permitiram que as pessoas que estavam na Junta da Freguesia da Malveira fossem, enquanto a Junta está em construção, para a escola que está localizada ao lado. Portanto, não há mais alteração em termos de obras em edifícios escolares, o que demonstra que há um sobre-financiamento no que diz respeito à escola da Malveira. É injustificado e só justificado como canalização de capacidade de financiamento para a Câmara. Só queria pôr aqui algumas dúvidas sobre algumas destas rubricas, requalificação urbana das diversas freguesias, o que é que foi feito, ou está a ser feito, ao nível destas freguesias? Conservação de vias, tive oportunidade de, na Venda do Pinheiro, Milharado, Charneca, Póvoa da Galega, verificar que em termos de conservação das vias elas foram, nos últimos tempos, melhoradas, mas sobretudo gostaria da explicação destas rubricas que ainda têm algum peso, dos arruamentos oitocentos e trinta mil euros, da requalificação urbana quinhentos e dez mil euros, e da conservação das vias, para além destas que eu conheço, o que tem vindo a ser feito?" -----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu que "gostaria de ver com algum detalhe algumas destas rubricas. Gostaria de perguntar, relativamente a corporações de Bombeiros do Concelho, aquisição de viaturas, gostaria de saber que viaturas e quais as corporações que irão ser beneficiadas pelas mesmas?" -----

-- O Senhor Sarmeno Leitão disse que "relacionado com este pontos que se foram agora aqui, vinha aqui lembrar à Câmara que é muito importante no Sobreiro, naquela zona do Parque de Campismo, nada daquilo tem passeios. Sabemos da grande afluência que tem, principalmente de crianças de escolas de todo o país, e não há um passeio, nem na Achada, nem no Sobreiro. Qualquer uma destas terras estará em pé de igualdade com aquilo que a Câmara pretende fazer nas outras freguesias." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra referiu que "julgo está suficientemente esclarecido, de qualquer forma, perguntava o Senhor Sarmeno,

passeios ou estacionamento em frente ao José Franco, desafie a Junta de Mafra também, já agora, a fazer aquilo que muitos dos seus outros colegas fazem também, tomam a iniciativa e a Câmara ajuda, é isso que acontece no Gradil, Vila Franca do Rosário, em tudo quanto é sítio, toda a gente colabora. A Junta de Freguesia de Mafra praticamente nada. Não basta já a Câmara ter responsabilidade do tratamento de tudo quanto é freguesia de Mafra, localidade de Mafra, depois eu pergunto, relativamente ao José Franco, quer passeios ou estacionamento? Se quer passeios não há estacionamento, se quer estacionamento não há passeios, que eu saiba aquilo está é cheio de carros. No dia em que eu fizesse passeios crucificavam-me, porque de facto não havia condições para estacionar e as pessoas iam estacionar onde? Aquilo está cheio desde a entrada do cemitério até lá abaixo. É uma situação complicada. Quanto às outras questões, eu julgo que elas estão sobejamente esclarecidas, nada mais temos a acrescentar sobre elas." -----

-- O Senhor Sarmeno Leitão acrescentou que "em relação aos passeios e estacionamento, é fácil fazer-se. Toda aquela parcela de terreno junto ao Parque de Campismo poderá ali ser feito o estacionamento e, ao mesmo tempo, passeio. A Junta de Freguesia de Mafra, e estamos já em Junho, não recebeu nenhuma verba em relação àquilo que o senhor me prometeu. Não se pode fazer sem dinheiro." ---

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu, ainda, que "de facto, há ainda uma falta da Câmara para com a Junta da Freguesia de Mafra, por uma indefinição de quem é que limpa, naquele protocolo que foi feito com as Juntas, as bermas e as valetas. Entendemos nós que Mafra cresceu de uma forma bastante razoável, a Junta possivelmente não terá capacidade para ir a todos os lados. Já há muito tempo que fazemos limpeza em Mafra. Entendi, na altura, dizer ao Senhor Presidente da Junta que em toda a área urbana da vila de Mafra a Câmara assumiria a responsabilidade de tratamento dessas ruas, bermas, valetas e passeios, todos esses arranjos que normalmente fazem as Juntas em cada uma das suas terras. Em Mafra não é assim que acontece, aliás, é o que acontece um pouco também na Ericeira a quem estamos, também, a atribuir uma verba mensal, mas que as coisas acontecem. Ficou por esclarecer, não foi ainda porque não calhou, fica a Junta da Freguesia de Mafra com o Sobreiro, Achada, Barreiralva e A-da-Perra, depois mais uns vinte lugares pequenos, uma casa, duas ou três, que dão trabalho, como é óbvio. Ficou de acertar essa verba, chegou-se à conclusão que o Senhor Presidente da Junta receberia exactamente o mesmo, nessa altura num outro campo, que receberia Santo Isidoro, porque a extensão da rede viária era equiparada. As Juntas normalmente não têm que dar conhecimento às Câmaras e às Assembleias qual é o orçamento e as respectivas rubricas e planos de actividades onde gastam o dinheiro. Portanto, é fácil estar sempre a solicitar à Câmara que ajude, mas nunca dizem o que é que eu posso fazer. É isso que eu faço com a Administração Central. Quando eles não podem acudir a situações, eu avanço com propostas para concretizar objectivos. Vamos todos colaborar, quando se disse há pouco que o país está endividado, é um esforço de todos e não só de alguns." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto seis a votação e o mesmo foi aprovado por maioria, com uma abstenção do Partido Socialista e uma da Coligação Democrática Unitária e uma declaração de voto do Senhor Botelho.----

-- O Senhor José Botelho referiu que "tendo sido aprovado no ponto anterior o recurso a crédito de oitocentos e quarenta e cinco mil euros, é natural que estejamos de acordo com a sua repercussão directa no orçamento e que nada temos a opor à forma como depois essa verba está lá reproduzida e com as consequentes implicações do lado da despesa." -----

-- Concluído o ponto número seis, passou-se ao ponto número sete referente à alienação de parte de vários prédios rústicos, na Abrunheira, para o Aterro Sanitário. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que "queria fazer uma correcção, não é aterro sanitário, mas para instalação do Biodegestor, são dois, e do aterro de inertes. Aterro Sanitário é aquilo que hoje lá está encerrado, selado, que era o

aterro que recebia todos os detritos há bem pouco tempo. Como isto ultrapassa os valores consignados na lei, onde a Câmara tem capacidade de intervenção *per si*, vem requerer à Assembleia Municipal a dita autorização para proceder à alienação à Tratolixo, que é uma empresa detida, maioritariamente, por capitais municipais dos quatro municípios que integram a AMTRES para instalação destes equipamentos que referi anteriormente.” -----

-- O Senhor Daniel Marchante afirmou que “parece-nos que aqui fugiu a boca para a verdade quando se refere aqui o aterro sanitário porque numa última intervenção que fiz aqui acerca desta matéria, que esta obra, infelizmente, está consignada à minha freguesia, que mais parece uma central do lixo porque já tem o Matadouro, agora vai ter também o aterro sanitário, como se diz aqui. Interessante porque tanto quanto eu sei, posso estar mal informado, não há habitantes de Alcainça que tenham mão-de-obra quer num empreendimento, quer no outro, o que é realmente um pouco estranho. Nós servimos mais para depósito do lixo do que propriamente para as vantagens. Penso que seria talvez importante referir que, a nosso ver, esta situação deveria ser motivo de um debate público, aliás eu referi isso numa última intervenção em que disse que seria interessante a população de Alcainça, a mais directamente afectada, dado que a sua Junta da Freguesia se demite destas situações, deveria estar informada acerca do que se vai construir, porque se foram dadas aqui explicações por um técnico que disse que não havia nenhum problema, seria bom que houvesse contraditório acerca disso e que as pessoas pudessem ter segurança absoluta de que não há nenhum problema. Pessoalmente, não tenho problema em admitir que não há nenhum problema, se for convencido disso, tal como todas as outras pessoas. Penso que a situação do aterro sanitário, ou da instalação de outros meios, devia ser motivo de um debate público. Gostaria de saber, ainda, das contrapartidas que falavam para a freguesia de Alcainça, em relação à instalação desta unidade.” -----

-- O Senhor Miguel Ângelo questionou “já há algum *timing* previsto para o início desta construção? Segundo o que foi trazido aqui a esta Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara terá proposto uma comissão de acompanhamento não só de construção, mas também depois do funcionamento pleno deste biodigestor, deste Parque Ecológico, digamos assim, e data de início de construção será importante para esta Assembleia saber até para a formação da dita comissão de acompanhamento com os interesses da população com bem referiu o Senhor Daniel Marchante.” -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que “relativamente ao início das obras, não sei quando vai acontecer uma vez que os terrenos só agora vão ser disponibilizados, se assim for o consentimento desta Assembleia, estão a ser executados os estudos prévios, projectos e essa situação toda, isto é um concurso público internacional, obriga a uns *timings* que fogem do controlo, em absoluto, da Câmara Municipal. Isto é desenvolvido pela Tratolixo, como já disse, julgo que nunca antes de Junho de dois mil e seis haverá qualquer tipo de obra ou movimentação. De qualquer forma, devo dizer que farão parte desta comissão de acompanhamento pessoas da sociedade civil, para além da própria QUERCUS que é insuspeita na exigência, no controlo da situação. Garanto-vos que ao darem a «cara» por este projecto é porque estão perfeitamente convencidos daquilo que é do seu conhecimento próprio de que, de facto, é um equipamento e não mais do que isso. Já agora corrigia o Senhor Daniel Marchante, o Matadouro não é um depósito de lixo, agradecia que essa correcção fosse feita. São equipamentos que quando são devidamente acompanhados e fiscalizados, em que não são dados ao abandono, essas situações não acontecem. Nós somos os primeiros interessados em que nada de mal aconteça no funcionamento das situações. Posso dizer que além das exigências e contrapartidas, relativamente ao impacto que poderá vir a ter, nós vamos estar em permanência no Conselho de Administração da Tratolixo e, para estar de perto e por dentro, para além da nossa presença, nós, Câmara Municipal de Mafra, estamos a munir-nos de todos os cuidados inerentes à localização e ao funcionamento. Devo-vos dizer que o Senhor Vereador Realista, no

âmbito da Tratolixo, está neste momento em Itália onde foi visitar instalações deste género, vai trazer elementos e fará o seu relatório sobre estes pormenores técnicos. É a oportunidade para verificarem *in loco*, em sociedades muito mais exigentes, qual é o comportamento e a reacção que estes equipamentos provocam, da parte das pessoas." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação e o mesmo foi aprovado por maioria, com um voto a favor do Partido Socialista, PSD e Independentes, tendo-se absterido o Partido Socialista e a CDU. Introduziu o ponto número oito referente à desafecção de estrada do domínio público municipal e sua afectação ao domínio público do Estado. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o mesmo referiu que "há que haver aqui uma correcção na proposta que está por mim subscrita, por lapso, vem escrito no terceiro parágrafo que é vias rodoviárias SA, mas é EM, é uma empresa municipal. Sobre esta matéria só tenho a dizer que é a consumação de mais uma etapa com vista à saída da portaria que irá permitir o concurso público para a concessão que virá a acontecer. Como sabem, a Câmara está, através da Mafratlântico, a explorar a via, até haver um concessionário, e uma das peças fundamentais é que o domínio público da Câmara passe para o domínio público do Estado, isto porque eles não podem fazer uma concessão para um domínio público que não é deles."-----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se "o número de veículos por dia está acima, abaixo, das expectativas do *Project Finance*?" -----

-- O Presidente da Câmara Municipal acrescentou que "o número de veículos estão acima cerca de quarenta, cinquenta por cento do que é a média. Neste momento, estão a passar na Auto-estrada dez mil e quinhentos veículos por dia. Retirámos da população da Malveira, Alcaíça e populações limítrofes cerca de dez mil e quinhentos veículos por dia, nos dois sentidos, claro, o que quer dizer que a qualidade de vida destas pessoas, por esta atitude, beneficiou e de que maneira. De qualquer forma, já um reparo, infelizmente, ontem deu-se o primeiro acidente, oxalá seja o único e último. Foi um acidente inexplicável, em plena recta, sem qualquer tipo de justificação, duas versões: excesso de velocidade e qualquer lançamento lateral do veículo, uma vez que ele vinha cheio com garrações de azeite. Lamentamos. Isto agora vai ser averiguado, até porque alguma coisa poderia ter acontecido, uma delas poderá ser da oscilação da carga que provocasse uma oscilação e o excesso de velocidade fez o resto, ou então um toque de telemóvel, ele não levava cinto de segurança sequer. Não se deveu a quaisquer situações de segurança da via, mas, eventualmente, ao descuido do condutor."-----

-- O Senhor José João disse "a Câmara vem pedir à Assembleia que aproveamos a transferência do domínio público para o domínio público dos terrenos e da obra construída. Relativamente a estes custos totais do empreendimento, das aquisições do terreno, expropriações, será que a câmara está habilitada a informar esta Assembleia de quanto é que foi o custo total desta obra e como se vai processar este negócio?" -----

-- Respondendo à questão, o Senhor Presidente da Câmara disse que "a Câmara quando fez, através do projecto de execução que encomendou através da Mafratlântico, calculou um valor estimado para o valor das expropriações. Quem fez a avaliação dos terrenos foi uma equipa oficial, do Instituto de Estradas, que disse que são doze milhões e que os seis não chegavam, está perfeitamente avalizado pelo IEP. Não foi a Câmara que passou de seis para doze, a Câmara propôs seis e quando se chegou à conclusão da avaliação criteriosa, porque há factores que nós não considerámos, eles chegaram à conclusão que porventura não tem só a ver com o valor do terreno, mas pela indemnização pelos danos provocados na afectação do terreno, são parâmetros seguidos pela Brisa e pelas Auto-estradas. O custo total são trinta e dois milhões de euros, não estão fechadas ainda as contas finais. De qualquer forma, esta transferência de domínios é porque a Câmara quando comprou os terrenos, a Mafratlântico pagou, a Câmara comprou, de acordo com o Sindicato Bancário, foi buscar dinheiro, entregou à Mafratlântico, o dinheiro

passou para a Câmara e esta pagou as expropriações. Quando a Câmara comprou, nessa altura, comprou para o domínio público municipal, não fazia outro sentido. Quem vai pagar as expropriações e os troços da Auto-estrada será a própria Auto-estrada através do *project finance* das portagens que são cobradas. Por enquanto, será a Mafratlântico que irá gerir o pacote de compromissos que nós temos, da receita vamos ter que pagar às Auto-estradas do Atlântico os serviços das portagens, à Brigada de Trânsito, a manutenção e conservação às brigadas das Auto-estradas do Atlântico e à Via Verde da Brisa. Foram contratos que a Mafratlântico fez. As portagens, em princípio, darão para pagar totalmente o empréstimo entretanto contraído para liquidar, em vez de doze anos, poderá ser cinco ou seis. Nesse prazo de tempo irá decorrer esse concurso de concessão por parte das Estradas de Portugal, se, porventura, a estrada não estiver paga, julgo que não, na altura da concessão, o concessionário assumirá o remanescente da dívida e os contratos." -----

-- O Senhor José João Costa retorquiu, dizendo que "a sua resposta suscitou outra interrogação. Relativamente à concessão, parece que há da parte das concessionárias das Auto-estradas de Portugal à forma como esta via está a ser explorada, a Mafratlântico, segundo dizem, não tem fundamentação legal para fazer aquilo que está a fazer, se isso é verdade ou não..." -----

-- Respondendo, o Senhor Presidente da Câmara disse que "a exploração está autorizada por um protocolo assinado pelo Secretário de Estado das Obras Públicas da altura, que contratualizou com a Mafratlântico, através da Câmara, até haver esta fase de concessão. Há um protocolo entre o Senhor Secretário de Estado Jorge Costa e a Câmara Municipal que dá poderes à Mafratlântico para, enquanto não houver a concessão, a exploração ser garantida pela Mafratlântico." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade. Seguidamente, passou-se ao nono ponto da ordem de trabalhos referente ao Direito de Superfície sobre as parcelas de terreno, sitas na Venda do Pinheiro, a favor do Colégio de Santo André. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara referiu que "o terreno foi doado à Câmara para este fim, embora o valor registado em escritura de doação de quinhentos mil euros, salvo erro, mas foi doado à Câmara por dois proprietários para construção de uma escola. Este terreno esteve entregue ao Ministério da Educação, através da DREL, através de um protocolo que se celebrou na Câmara Municipal, para construção do equipamento referido. Entretanto, por impossibilidades financeiras e outras situações, entendeu a DREL permitir através daquela autorização, que eu em tempos disse à Câmara, entregar a uma empresa que está especializada neste tipo de equipamento, sendo ela a construir a escola, substituindo-se à Administração Central. Aliás, como dei nota em «primeira mão» porque foi hoje de manhã, a reunião de Rede já estabeleceu os parâmetros de funcionamento do ano lectivo. Entendia eu que, por essa razão, se nós recebemos doado um bem para um determinado fim, se o fim em vista se mantém, porque é que havemos de levar dinheiro. Eu pensava que era possível, no entanto, depois de alguma discussão, a Câmara não pode doar, quanto muito poderia alienar, o que seria uma violência na medida em que a Câmara recebeu, gratuitamente, um bem com um determinado objectivo. Entendeu-se, assim, e de acordo com a consulta legal que se fez, que a Câmara poderia ceder o direito de superfície por cinquenta anos. Era uma forma de manter a propriedade e permitir que acontecesse o tal equipamento. É isso que aqui vem, cedência do direito de superfície por cinquenta anos, com aquele estrito objectivo de ser para uma escola de utilização gratuita e de utilização pública gratuita. Desde que se mantenha esse objectivo, permitir que a empresa possa usar o terreno com algum título de propriedade." -----

-- O Senhor José João disse que "aquando da última Assembleia Municipal, o Senhor Presidente referiu esta situação, esta Assembleia poderá saber quem doou o terreno?" -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que "foi o Senhor Engenheiro Trindade uma parte, uma parcela pequena, e um outro senhor, que não

sei o nome, mas que é de Loures." -----

-- O Senhor José João acrescentou que "relativamente ao assunto que aqui levantámos na última Assembleia, volto novamente à questão de saber se, e dado o mapa que nos foi presente, nós temos aqui um espaço urbanizável, isto é, um espaço, em meu entendimento, que está previsto no PDM como urbanizável, com uma área de oito mil, trezentos e oitenta e sete metros, e o restante espaço ou é florestal ou natural de protecção, que, segundo a Lei dos solos e o artigo mil quinhentos e vinte sete que é referido aqui na vossa proposta, carece de autorização do organismo que superintende sobre esta situação, dado que o PDM não foi alterado, não sei se há propostas para alterar o PDM no sentido de desafectar ao espaço florestal e integra-lo em espaço urbanizável, não sabemos se essa situação está esclarecida ou não, o que nos é pedido ultrapassa essa situação e era bom que nós soubéssemos em que ponto estamos. Por outro lado, o organismo que superintende, que suponho ser o Ministério da Agricultura, não sei se já autorizou, porquanto a Lei dos solos é muito clara nesse sentido, diz que se é domínio público ou se o domínio público tem alguma gestão sobre a situação, é o domínio público que terá que se pronunciar, muito embora os terrenos possam ser de domínio privado da Câmara. Há aqui uma situação que urge esclarecer para que esta Assembleia possa tomar uma decisão em consciência." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "isto não é domínio público, o terreno é domínio privado do Município. Quando na última vez eu pedi à Digníssima Assembleia, depois de proposta da Câmara, o interesse público sobre aquela situação, era para encaminhar um processo que, neste momento, já está na CCDDR, para desafecção da REN, eu próprio entreguei, em termos de Presidente da CCDDR, à Comissão Técnica de acompanhamento, bem como os outros terrenos disponibilizá-los em termos de futura revisão de PDM para a construção da referida escola. Isto é perfeitamente legal e ultrapassável, pese embora isto fosse uma construção normal, qualquer tipo de equipamento de interesse público supera de longe e pode ser ultrapassado com este pressuposto. A Assembleia Municipal declarou o interesse público, eu preenchi um processo que entreguei à Comissão Técnica de acompanhamento, que entregou ao Senhor Presidente da CCR, e vai para Secretário de Estado para despacho para desafecção dos compromissos existentes e permitir a construção do referido equipamento, porque se trata de um equipamento de utilização pública, outro qualquer não poderia ser." -----

-- O Senhor José João disse que "eu não sou jurista e talvez me tenha explicado mal, mas a Lei dos solos diz que qualquer proprietário, com direito de posse sobre um terreno, se esse terreno tiver uma classificação, como é o caso, é regime florestal, que está dependente de autorização do Ministério da Agricultura, que é, possivelmente, quem fixa quais são as zonas de reserva agrícola e as zonas de reserva florestal. Há que pedir ao Ministério para desafectar essas situações para que possa ser urbanizável o terreno. Por outro lado, esta sua proposta não diz que já consultou, já propôs à CCDDR a autorização para integrar no PDM toda esta área para ser construída a escola. Isso não diz aqui, às vezes são curtas as explicações que nos dão. Esta proposta de cedência sobre o direito de superfície por cinquenta anos, a Câmara depois vai pagar as beneficiações, ou isso vai reverter para a Câmara e vai constar no protocolo que é assinado com o direito de superfície?" ----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que "gostava de cá estar para ver. De qualquer forma, devo esclarecer que quando foi pedido o interesse público deram-se todos os passos que tinham que ser dados. Eu disse-o aqui que depois daquele interesse público, eu encaminharia um processo conducente à desafecção da REN, com despacho de Secretário de Estado, e o encaminhamento para a CCDDR com a desclassificação dos outros espaços. Não é a Lei dos solos que manda nisto, é a entidade competente que autorizou o PDM que tem autorização para afectar com outro fim, desde que o interesse público se manifeste acima de. Esse processo está neste momento na CCDDR, uns será já em caminho para a Secretaria de Estado, que é o da REN, que é um processo à parte, o outro é uma desclassificação para construção do equipamento de interesse público. Há normas

especiais para isso e na última Assembleia disse que o solo tinha várias fases, espaço agrícola, espaço urbano. Globalmente, a capacidade de uso do solo até poderia ser utilizada no espaço urbano que é estacionamento, digamos que há aqui uma deslocação de área de construção da zona onde está o estacionamento que tem capacidade de uso, mas não está, para outra zona. Nem sequer há um aumento de área de construção. Isto foi tudo tratado, eu disse-o na altura, o que está aqui agora em causa é a cedência do terreno para Direito de Superfície. Daqui a cinquenta anos não sei o que acontecerá." -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação e o mesmo foi aprovado por maioria com a abstenção do voto da CDU. Concluído o período da Ordem do Dia, procedeu-se às intervenções do público. -----

-- O Senhor José Marques, de Odivelas, disse que "a situação que me traz aqui passa-se na Malveira porque apareceu vedado um terreno sem qualquer tipo de informação, não dá acesso de maneira nenhuma a outros terrenos que ficaram «presos» entre a linha e esse terreno, falámos com os actuais proprietários que penso que é de uma cadeia de supermercados, o LIDL, que nos disseram que o acesso passaria a ser por outro lado. Entretanto, eu tentei a bem falar com a pessoa para resolver o problema e essa pessoa disse-me que teria que enviar um fax para o LIDL, eu então respondi que não tinha nada que fazer isso e que dava-lhe vinte e quatro horas para nos arranjamem os acessos aos terrenos. Esse senhor não me deu mais nenhuma resposta, fui obrigado a estar aqui, depois eles criaram um acesso, esse acesso neste momento existe, mas é muito curto, tem cerca de três metros de largura, não tem mais e, em dois mil e cinco, não passamos carroças ali. Ali há pinheiros, há eucaliptos, poderá até haver ali um incêndio e dificilmente um carro de bombeiros ali passará. Além disso, aquele acesso iria servir também o LIDL, devendo ser feito como deve ser, ou seja, no mínimo deveria ter seis, sete metros, não sei qual é a Lei. É esta a situação que eu remeto ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, além disso, o terreno não tem qualquer tipo de informação do que lá vai ser construído, se tem licença, se não tem, se há projecto aprovado. Já houve movimentações de terreno e não há qualquer tipo de informação." -----

-- Um representante do Sindicato dos CTT, o Senhor José Oliveira, referiu que "estamos aqui em nome dos nossos representados carteiros da Ericeira e Mafra para chamar a atenção de um pequeno pormenor, que não é tão pequeno quanto isso, nós somos todos trabalhadores de uma empresa que tem por dever e obrigação, por contrato de concessão, a prestação de um serviço público postal, o chamado serviço universal, onde uma das questões fundamentais é a obrigatoriedade do funcionário, em nome do Estado, fazer uma distribuição domiciliária de correio a todos os cidadãos no território nacional, o problema coloca-se por aí. Numa perspectiva economicista, beneficiando a empresa no que concerne a dinheiro, foram feitas algumas alterações à sua estrutura, nomeadamente a que nos traz aqui, que foi a junção de trazerem para o Centro de Distribuição Postal de Mafra os carteiros que estavam na Ericeira, isto traz problemas, é uma situação verificada a nível nacional, um deles é a não distribuição domiciliária de correio, há algumas povoações do Concelho que estão a ser fortemente abrangidas por esta questão. Por outro lado, o facto dos carteiros terem vindo da Ericeira para Mafra vem encurtar, ainda mais, o tempo de distribuição que normalmente já era curto na Ericeira. Isto trouxe um conflito que já resultou em dois dias de greve, o salário dos carteiros não é tão elevado como se possa pensar. Os carteiros da Ericeira, juntamente com os de Mafra, exigem, fundamentalmente, os carteiros da Ericeira à Ericeira e os de Mafra a Mafra, de forma a permitir um melhor aproveitamento do tempo e maior contribuição para o cumprimento efectivo daquilo que é o contrato de concessão de prestação do serviço público postal. Há outras questões paralelas como a das concessões de estações de correio, mas não viemos hoje falar propriamente dessas, viemos chamar a atenção da Câmara e da Assembleia para o facto de não estar a ser cumprido o contrato de concessão, não está a ser cumprido a prestação do serviço universal de correios como decorre da

directiva comunitária de noventa e sete, revista depois em dois mil e dois, não estando a ser cumprindo, tão pouco, aquilo que é a lei que transpõe para a legislação nacional a directiva e a sua revisão. Queremos pedir desculpa ao Senhor Presidente da Câmara pelo facto de um ofício que enviámos a todos os Presidentes de Junta, por lapso nosso, e reconhecemo-lo de nos termos esquecido. Pedimos a ajuda, como temos feito a nível nacional, das populações, dos representantes eleitos, porque quando pedimos a ajuda não estamos a defender os nossos postos de trabalho, as nossas condições de trabalho, as nossas remunerações, estamos a pedir a ajuda para resolver uma questão que é fundamental para nós enquanto trabalhadores para que se mantenha a qualidade atempada do serviço público postal, que é o que não está a ser feito. Nós temos dados, concretamente em relação às zonas de distribuição afectadas, que depois poderemos fornecer à Câmara." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Sindicato dos CTT uma informação sobre a intenção dos CTT de venderem o edifício da Ericeira. -----

-- O Senhor Simplício Miguel Catarino, de Alcaínça, disse que "os lixos têm que ser reciclados na origem e não no destino. Como se faz? Vai o cartão e o papel para um lado, vai o papel para outro e é tudo separado uns dos outros logo no carregamento. As pessoas têm que ser mentalizadas que devem fazer aquilo. Os camiões têm que ser modificados, com compartimentos, para levar tudo separado e com mais capacidade para levar para os seus destinos. O cartão volta a ser cartão, os plásticos voltam a ser plásticos, o vidro volta a ser vidro, e os lixos já podem ser levados para qualquer lado porque é uma percentagem relativamente pequena. Nós não somos um país rico, temos que aproveitar as coisas. Eu não estou só aqui a defender Alcaínça, mas a Venda do Pinheiro, a Malveira e estas terras todas. Vimos de Lisboa para a Venda do Pinheiro e vemos que o desenvolvimento é grande, por causa da via rápida, trouxe para aqui tanto desenvolvimento, se vier para aqui o aterro vai-se tudo embora e leva tudo uma desvalorização." -----

-- Não havendo mais intervenções do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por finalizada a sessão quando passavam quarenta e oito minutos das vinte e três horas do dia vinte e nove de Junho de dois mil e cinco. -----

-- Verificada a lista de presenças houve registo das seguintes ausências nesta sessão: António Francisco Machado; Carlos José Reis Esteves; Luís Miguel Jorge Leitão; Mário João Acúrcio Vicente; Nuno João da Cruz Sardinha e Vítor Manuel da Silva Teixeira. Foi apresentado o pedido de justificação de faltas de Paulo Jorge da Conceição Ricardo. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, José Nogueira Simões, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

José Nogueira Simões
J. Miguel Catarino



GRUPO MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

Aprovado por unanimidade
29/6/05

VOTO DE PESAR

O Dr. Álvaro Cunhal foi uma figura incontornável da política portuguesa das últimas décadas:

- Na oposição e resistência ao regime deposto no 25 de Abril, oposição e resistência que pagou com a clandestinidade e a prisão;
- Depois do 25 de Abril, e na liderança do PCP, defendendo com persistência um projecto de sociedade em que acreditava.

Separaram-nos diferenças políticas profundas, frontais e claras. Diferenças entre outras, nos projectos de sociedade, na concepção da democracia, do papel do Estado e na liberdade da iniciativa privada da economia.

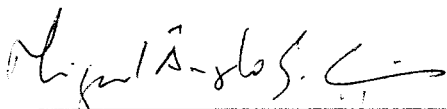
No entanto, nada disto impede, que com respeito, no momento da morte do Dr. Álvaro Cunhal nos associemos às condolências à sua família e ao Partido Comunista Português.

Perante estas considerações o Grupo Municipal do PPD/PSD, na Assembleia Municipal de Mafra, submete à votação da Digníssima Assembleia o seguinte voto de pesar:

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida a 29 de Junho de 2005, vem por este meio expressar aos Familiares do Dr. Álvaro Cunhal, e ao Partido Comunista Português, o nosso profundo pesar pela perda desta figura incontornável da política portuguesa das últimas décadas.

Assembleia Municipal de Mafra, 29 de Junho de 2005

O Coordenador
Do Grupo Municipal do PPD/PSD


(Miguel Ângelo da Silva Correia)

W. A. Brown

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Assim, e por respeito à Democracia, ao bom nome das pessoas e das instituições, entendeu requerer a V.Exª que se digne esclarecer por escrito este Grupo Municipal sobre as matérias, que seguidamente se enumeram, para que não restem quaisquer dúvidas sobre as situações seguintes:

- ANEXO DOIS 1/2

- W. J. K.
6. O edifício que ficava em frente aos CTT da Ericeira, no Largo do Condes, e que era Edifício Classificado Municipal, terá sido simplesmente demolido e substituído por outro;
 7. Na freguesia de Mafra, junto ao muro Norte da Tapada na Estrada da Paz para a Murgeira, existe uma casa, cuja fotografia se anexa (em anexo 2), que estará implantada em terrenos de Reserva Nacional;
 8. A "Quinta das Pevides" foi-nos descrita como tendo sido promovida de acordo com as seguintes fases: os terrenos terão sido vendidos a um conjunto de pessoas, em que se inclui um familiar próximo do Presidente da Câmara. A ser verdade, gostaríamos de saber qual era a classificação em PDM do referido terreno no momento da venda.

A Câmara terá depois classificado em PDM toda aquela área como espaço susceptível de ser construído. O projecto de urbanização terá sido posteriormente aprovado e, para a mesma área, a Câmara dirigiu uma acessibilidade designada de CRIMA que liga a urbanização à auto-estrada e desta a Lisboa, valorizando substancialmente o empreendimento.

A ser verdade, pergunta-se se o Sr. Presidente de Câmara participou e votou nas sessões de Câmara onde se tomaram as referidas decisões?

Mafra, 29 de Junho de 2005

Grupo Parlamentar Municipal do Mafra do Partido Socialista

[Handwritten signatures of three members of the Municipal Parliamentary Group of Mafra, Partido Socialista]

Anexos:



Anexo 1



Anexo 2